



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 10183.005872/2004-59
Recurso nº Especial do Procurador
Acórdão nº 9202-004.534 – 2ª Turma
Sessão de 26 de outubro de 2016
Matéria IRPF
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado GERALDO DE OLIVEIRA TÁRCIO

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 1999

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO ESPECIAL DE DIVERGÊNCIA. PRAZO DECADENCIAL. TRIBUTOS DIVERSOS. POSSIBILIDADE.

Para a aplicação da regra decadencial prevista no CTN, é possível a demonstração de interpretações distintas pelos colegiados, mesmo nos casos de tributos diversos.

DECADÊNCIA. DECISÃO DEFINITIVA DO STJ SOBRE A MATÉRIA.

O Superior Tribunal de Justiça - STJ, em acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC (Recurso Especial nº 973.733 - SC) definiu que o prazo decadencial para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se do fato gerador, quando constatado o pagamento antecipado do tributo (artigo 150, § 4º, do CTN).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em conhecer do Recurso Especial da Fazenda Nacional, vencidas as conselheiras Patrícia da Silva (relatora) e Ana Paula Fernandes, que não conheceram. E, no mérito, por unanimidade de votos, em negar-lhe provimento. Designada para redigir o voto vencedor quanto ao conhecimento a conselheira Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente em exercício

(assinado digitalmente)

Patrícia da Silva - Relatora

(assinado digitalmente)

Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira - Redatora designada

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor De Souza Lima Junior, Gerson Macedo Guerra, Rita Eliza Reis Da Costa Bacchieri e Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício).

Relatório

Cuida-se de Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional em face do Acórdão nº 2802-00.744, fls. 181/188 do e-processo, que, por unanimidade, deu provimento ao Recurso Voluntário, acolhendo a decadência, aplicando o art. 150, §4º do CTN, como regra de contagem do prazo decadencial.

A decisão restou assim ementada:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA
IRPF*

Exercício: 1999

Ementa:

IRPF. DECADÊNCIA.

O imposto de renda da pessoa física é tributo sujeito ao regime denominado lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que em se tratando de Imposto de Renda Pessoa Física apurado no ajuste anual, considera-se ocorrido em 31 de dezembro. Ultrapassado esse lapso temporal sem a expedição de lançamento de ofício, opera-se a decadência, a atividade exercida pelo contribuinte está tacitamente homologada e o crédito tributário extinto, nos termos do artigo 150, § 4º e do artigo 156, inciso V, ambos do CTN. Recurso provido.

Na origem, trata-se de Auto de Infração de fls. 05/08 do e-processo, em que o lançamento se refere a suposta classificação indevida na DIRPF/1999, como rendimentos isentos, dos rendimentos recebidos do Centrus - Instituto Mato Grosso de Seguridade Social, decorrentes de resgate de previdência privada.

A 2ª Turma da DRJ em Campo Grande/MS julgou procedente em parte o lançamento fiscal, conforme Acórdão nº 04-19.266 de fls. 133/138 do e-processo.

O Contribuinte, inconformado com tal decisão, interpôs Recurso Voluntário de fls. 147/148 do e-processo, o qual foi julgado procedente pela 2ª Turma Especial da 2ª Seção, no dia 12 de abril de 2011, conforme Acórdão nº 2802-00.744-002.081 de fls. 181/188 do e-processo.

Houve a oposição de Embargos de Declaração pela PGFN, fls. 369/370, o qual foi rejeitado conforme despacho de fls. 371/372.

Inconformada, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, fls. 375/379 com fundamento no art. 67, do Anexo II, da Portaria MF nº 256/2009 (vigente a época dos fatos), alegando que o referido acórdão merece reforma, entendendo pela aplicação do art. 173, I do CTN, citando como paradigma o Acórdão nº. 2301-00.253, cuja ementa transcrevo:

Assunto: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1994 a 31/08/2004

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.

O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.

Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN. Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.

ALIMENTAÇÃO. NÃO INSCRIÇÃO NO PAT. PARCELA INTEGRANTE DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.

No presente caso, a recorrente não estava inscrita no PAT, requisito essencial para desfrutar do benefício fiscal.

Recurso Voluntário Negado

Conforme despacho de admissibilidade de fls. 390/391, foi dado seguimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional, sendo o Contribuinte intimado conforme AR de fls. 395.

De acordo com o despacho de fls. 401, o Contribuinte não apresentou Contrarrazões.

É o relatório.

Voto Vencido

Conselheira Patrícia da Silva, Relatora

O Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional é tempestivo, restando inquirir acerca do cumprimento dos demais pressupostos de admissibilidade.

O presente caso trata-se de Auto de Infração de fls. 05/08, em que **o lançamento se refere a suposta classificação indevida na DIRPF/1999**, como rendimentos isentos, dos rendimentos recebidos do Centrus, decorrentes de resgate de previdência privada, conforme relatado pela DRJ:

O lançamento fiscal refere-se a classificação indevida na DIRPF/1999, como rendimentos isentos, dos rendimentos recebidos do Centrus — Instituto Mato Grosso de Seguridade Social, decorrentes de resgate de previdência privada, conforme Descrição dos Fatos e Enquadramento(s) Legal(is) (fl. 05).

Aos autos foram juntados extratos de consulta processual (fls. 19) e acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região na Apelação em Mandado de Segurança nº 1999.01.00.069386-2/MT (fls. 43/49)

Regularmente cientificado do lançamento em 23/12/04 (fl. 08), o interessado, tempestivamente, apresentou, em 21/01/05, a impugnação de fls. 26/30, acompanhada de documentos (fls. 31/72 e 80) alegando, dentre outras razões, que:

- a) houve a prescrição do direito de a Receita Federal constituir o crédito tributário, citando o CTN;*
- b) o lançamento não atentou para a decisão judicial transitada em julgado que deferiu o Mandado de Segurança que impetrou contra o DRF;*
- c) as devoluções de Reserva de Poupança promovidas por previdências privadas não eram tributáveis, por não constituirem acréscimo patrimonial;*
- d) a erronia do auto de infração está jungida ao entendimento de que os rendimentos recebidos do Centrus, decorrentes de resgate de previdência privada, se referiam a exercícios posteriores a janeiro de 1996, o que não é verdade, pois dizem respeito a valores não-tributáveis anteriores a dezembro de 1995.*

Como se pode ver dos autos, o contribuinte juntou documentos referentes aos levantamentos efetuados nas contas de depósito judicial, ocorridos em 1998 e 2003. Ele nada esclareceu ou trouxe quanto à natureza dos valores resgatados. Constam apenas Guia de Depósito à Ordem da Justiça Federal, extratos, Alvarás de Levantamento, etc. mas não são suficientes para esclarecer o montante efetivamente recebido em 1998 e 2003, tampouco para permitir o cálculo das parcelas decorrentes das

contribuições efetuadas até dezembro/1995 e das contribuições efetuadas a partir de janeiro/1996.

A 2ª Turma Especial da 2ª Seção deu provimento ao Recurso Voluntário, aplicando o art. 150, §4º do CTN para fixar o marco inicial na ocorrência do fato gerador.

A Fazenda Nacional, por sua vez, pede a aplicação do art. 173, I do CTN, indicando como paradigma o Acórdão nº 2301-00.253.

O paradigma utilizado pela Fazenda Nacional é referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas à Seguridade Social incidentes sobre os pagamentos efetuados a título de alimentação a seus segurados empregados, cuja ementa e parte do relatório transcrevo:

Assunto: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1994 a 31/08/2004

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.

O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a constitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.

Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN. Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.

ALIMENTAÇÃO. NÃO INSCRIÇÃO NO PAT. PARCELA INTEGRANTE DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.

No presente caso, a recorrente não estava inscrita no PAT, requisito essencial para desfrutar do benefício fiscal.

Recurso Voluntário Negado

(...)

Trata-se de crédito lançado em desfavor da pessoa jurídica NO MEDIA COMUNICAÇÃO, referente contribuições previdenciárias supostamente devidas à Seguridade Social incidentes sobre os pagamentos efetuados a título de alimentação a seus segurados empregados abrangendo o período de 01/01/1994 a 31/08/2004 [01/1994 a 09/1994; 12/1994; 01/1995 a 12/1995; 01/1996 a 12/1996; 01/1997 a 12/1997; 01/1998 a 12/1998; 01/1999 a 12/1999; 01/2000 a 12/2000; 01/2001 a 12/2001; 01/2002 a 12/2002; 01/2003 a 12/2003; 01/2004 a 08/2004].

Segundo o Relatório Fiscal [fls. 74/77], constatou-se que: por meio dos livros documentos contábeis, folhas de pagamento e recibos que a empresa fornece alimentação para seus empregados, não considerando tais valores pagos como salário, como salário de contribuição pano INSS;

a isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida é entendida, na legislação trabalhista, como incentivo ao PAT. Porém, a não inscrição da empresa no PAT acarreta a perda de tal incentivo fiscal, tomando o valor pago a este título base e contribuição previdenciária;

o débito foi apurado, por meio de aferição indireta, tomando-se como base de cálculo em cada competência, a diferença entre o valor total pago pela empresa para empresas fornecedoras de alimentação, in natura, ou outra forma prevista, a título de alimentação, cujos valores não constam das folhas de pagamento e o valor descontado de seus empregados, que constam das folhas de pagamento, alcançando o valor líquido do benefício recebido pelos empregados;

Foi lavrado AI n. 35.787.341-6, uma vez que os valores relativos ao auxílio alimentação não constam das folhas de pagamento. Além disso, foi lavrado outro AI [n.35.510.840-2] pelo fato de não terem sido os valores declarados em GFIP;

Assim, o paradigma apontado pela Fazenda Nacional apresenta situação fática diferente do caso em análise, razão pelo fato que não deve ser conhecido conforme julgados dessa E. CSRF:

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO ESPECIAL DE DIVERGÊNCIA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.

Não se conhece de Recurso Especial de Divergência, quando não resta demonstrado o alegado dissídio jurisprudencial, por falta de similitude fática entre os julgados em confronto.

Recurso Especial do Procurador não conhecido. (Acórdão nº 9202-004.300, referente ao processo nº 11052.000744/2010-15, julgado na sessão do dia 20 de julho de 2016).

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO ESPECIAL DE DIVERGÊNCIA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.

Não se conhece de Recurso Especial de Divergência, quando não resta demonstrado o alegado dissídio jurisprudencial, por falta de similitude fática entre os julgados em confronto.

Recurso Especial do Procurador não conhecido. (Acórdão nº 9202-004.298, referente ao processo nº 19515.002202/2006-18, julgado na sessão do dia 20 de julho de 2016).

Neste sentido, destaco o voto da Ilma. Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo, proferido nos autos do processo nº 11052.000744/2010-15, cuja ementa foi reproduzida acima:

Por outro lado, a divergência jurisprudencial somente se caracteriza quando, em face de situações fáticas similares, são adotadas soluções diversas.

No presente caso, as situações fáticas em confronto efetivamente não guardam a necessária similitude, a ponto de caracterizar-se o alegado dissídio interpretativo, no que tange à determinação do momento de ocorrência dos fatos geradores do IRRF, já que o paradigma apresenta especificidades inexistentes no acórdão recorrido. Assim, não há como concluir-se que os Colegiados que infirmaram o lançamento efetuado no processo ora em julgamento (DRJ e CARF), fariam o mesmo em face da situação do paradigma. Da mesma forma, não há no paradigma elementos que permitam deduzir que aquele Colegiado também manteria a autuação, se tivesse de julgar o caso do acórdão recorrido, simplesmente porque a discussão travada fora ancorada em fatos distintos daqueles observados no julgado guerreado.

Diante do exposto, tendo em vista a ausência de similitude fática entre o paradigma e o acórdão recorrido, não conheço do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

Caso o Recurso Especial seja conhecido.

Decadência

Caso reste vencida na admissibilidade do presente recurso, em relação à decadência, a Turma *a quo*, por unanimidade de votos, deu provimento ao Recurso Voluntário para aplicação do art. 150, §4º do CTN, vez que houve retenção na fonte de Imposto de Renda, conforme trecho transcrito:

“Os fatos submetidos a esse julgamento apontam que houve retenção de imposto de renda na fonte.” (fls. 183 do Acórdão recorrido.)

Assim, conforme se verifica que houve pagamento, é pacífico o entendimento desta E. CSRF em relação à aplicação do art. 150, §4º do CTN, conforme Acórdão nº 9202-003.755, julgado na sessão do dia 29 de janeiro de 2016, de relatoria da Ilma. Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo, cuja ementa transcrevo:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 1995, 1996, 1997

DECADÊNCIA. DECISÃO DEFINITIVA DO STJ SOBRE A MATÉRIA.

O Superior Tribunal de Justiça - STJ, em acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC (Recurso Especial nº 973.733 - SC) definiu que o prazo decadencial para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se do fato gerador, quando constatado o pagamento antecipado do tributo (artigo 150, § 4º, do CTN).

*DECISÕES JUDICIAIS. APLICAÇÃO NO CARF.
OBRIGATORIEDADE REGIMENTAL*

Por força do art. 62-A, do Anexo II do RICARF, as decisões definitivas proferidas pelo STF e pelo STJ, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C, da Lei nº 5.869, de 1973 (CPC), devem ser reproduzidas nos julgamentos dos recursos no âmbito do CARF.

PAGAMENTO ANTECIPADO. OMISSÃO DE RENDIMENTOS SUJEITOS AO AJUSTE.

No caso de rendimentos sujeitos ao Ajuste Anual, o Imposto de Renda Retido na Fonte, bem como o Saldo de Imposto a Pagar, ambos registrados na Declaração de Ajuste Anual e confirmados no Auto de Infração, são aptos a atrair a aplicação do art. 150, § 4º, do CTN.

Recurso Especial do Procurador negado

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao Recurso da Fazenda Nacional, para aplicar o art. 150, §4º do CTN, para contagem do prazo decadencial, mantendo a decisão da Turma *a quo*.

(assinado digitalmente)

Patrícia da Silva

Voto Vencedor

Conselheira Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira - Redatora designada.

Peço licença a ilustre conselheira relatora, para divergir do seu entendimento com relação ao conhecimento do recurso especial da Fazenda Nacional.

Segundo a relatora, o processo não merece conhecimento, considerando o não cumprimento de requisito básico, qual seja, as situações fáticas tratadas no acórdão recorrido e paradigma são distintas.

Ouso divergir de seu entendimento. Primeiramente, o trecho do acórdão trazidos aos autos pela relatora, qual seja, processo nº 11052.000744/2010-15 de relatoria da Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo, trata de matéria de conhecimento diversa da tratada nos presentes autos, razão pela qual o colegiado decidiu pelo não conhecimento.

No presente processo, busca a PGFN ver reapreciada questão referente a decadência quinquenal acatada pelo colegiado *a quo* com base no art. 150, §4º do CTN, tendo, para tanto, sido apresentado paradigma que tratou exatamente da aplicabilidade do prazo decadencial.

Ou seja, não buscou o recorrente demonstrar a divergência entre a aplicação da legislação do IRPF e da legislação de contribuições previdenciárias, mas sim, demonstrar a divergência argüindo como ambos os colegiados, apreciando a aplicação da decadência quinquenal do Código Tributário Nacional, adotaram interpretações distintas sobre a mesma legislação. No acórdão recorrido o colegiado aplicou a regra vertida no art. 150, §4º do CTN, por entender tratar-se de lançamento por homologação. Tal fato resta evidenciado pela leitura da própria ementa:

IRPF. DECADÊNCIA.

O imposto de renda da pessoa física é tributo sujeito ao regime denominado lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que em se tratando de Imposto de Renda Pessoa Física apurado no ajuste anual, considera-se ocorrido em 31 de dezembro. Ultrapassado esse lapso temporal sem a expedição de lançamento de ofício, opera-se a decadência, a atividade exercida pelo contribuinte está tacitamente homologada e o crédito tributário extinto, nos termos do artigo 150, § 4º e do artigo 156, inciso V, ambos do CTN. Recurso provido.

Já no acórdão paradigma, o colegiado, debruçando-se sobre os mesmos dispositivos legais, entendeu pela inaplicabilidade do art. 150, §4º do CTN, face a inexistência de recolhimento antecipado, o que desloca a regra decadencial para o art. 173, I do CTN, senão vejamos:

*CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRAZO
DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA*

DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.

O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.

Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN. Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.

Tratando-se de normas gerais, qual seja, a aplicação da regra decadencial prevista no CTN, é possível a demonstração de interpretações distintas pelos colegiados, mesmo nos casos de tributos diversos. A divergência jurisprudencial resta caracterizada quando, em face de situações fáticas similares, são adotadas soluções diversas.

Conclusão

Isto posto, entendo restar demonstrada a divergência entre a interpretação da decadência quinquenal, razão pela qual encaminho PELO CONHECIMENTO DO Recurso Especial da Fazenda Nacional.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira